

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

Portaria nº 750, de 24 de maio de 2022.

A Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 54, caput e inciso III, c/c o inciso I, alínea a do art. 55 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, que se refere ao 1º Quadrimestre de 2022, compreendendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal, referente ao período de maio de 2021 a abril de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Luís, 24 de maio de 2022.

Des. **Ângela Maria Moraes Salazar**
 Presidente

Anexos

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO DE 2021 A ABRIL DE 2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
	LIQUIDADAS													
	Mai/21	Jun/21	Jul/21	Ago/21	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.750.260,11	12.972.056,50	13.140.731,78	12.777.723,14	12.913.088,78	12.847.928,95	18.759.649,43	15.538.839,27	16.346.004,56	13.228.180,28	12.932.487,95	13.000.194,47	167.207.145,22	824.334,59
Pessoal Ativo	11.241.288,49	11.452.006,76	11.608.859,07	11.249.382,84	11.304.804,21	11.350.558,55	16.510.782,92	14.027.370,81	14.089.206,03	11.699.770,26	11.420.314,44	11.550.051,36	147.504.395,74	824.334,59
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.506.351,06	9.708.256,91	9.872.597,05	9.514.526,46	9.567.136,18	9.608.098,74	13.619.949,62	12.211.570,19	12.356.613,26	9.953.378,58	9.662.861,06	9.787.046,27	125.368.385,38	824.334,59
Obrigações Patronais	1.734.937,43	1.743.749,85	1.736.262,02	1.734.856,38	1.737.668,03	1.742.459,81	2.890.833,30	1.815.800,62	1.732.592,77	1.746.391,68	1.757.453,38	1.763.005,09	22.136.010,36	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.508.971,62	1.520.049,74	1.531.872,71	1.528.340,30	1.608.284,57	1.497.370,40	2.248.866,51	1.511.468,46	2.256.798,53	1.528.410,02	1.512.173,51	1.450.143,11	19.702.749,48	-

Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.003.819,12	1.003.271,76	983.688,96	995.617,69	995.617,69	1.018.400,88	1.548.477,48	1.040.240,96	1.560.361,58	1.039.997,95	1.002.666,24	970.517,91	13.162.678,22	-
Pensões	505.152,50	516.777,98	548.183,75	532.722,61	612.666,88	478.969,52	700.389,03	471.227,50	696.436,95	488.412,07	509.507,27	479.625,20	6.540.071,26	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.508.971,62	1.520.049,74	1.531.872,71	1.528.340,30	1.608.284,57	1.497.370,40	2.131.526,64	1.819.640,75	2.256.798,53	1.650.628,35	1.512.173,51	1.450.143,11	20.015.800,23	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração								308.172,29		122.218,33			430.390,62	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.508.971,62	1.520.049,74	1.531.872,71	1.528.340,30	1.608.284,57	1.497.370,40	2.131.526,64	1.511.468,46	2.256.798,53	1.528.410,02	1.512.173,51	1.450.143,11	19.585.409,61	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.241.288,49	11.452.006,76	11.608.859,07	11.249.382,84	11.304.804,21	11.350.558,55	16.628.122,79	13.719.198,52	14.089.206,03	11.577.551,93	11.420.314,44	11.550.051,36	147.191.344,99	824.334,59
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)										1.137.751.621.214,16				
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)										148.015.679,58		0,013009		
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)										316.750.051,35		0,027840		
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)										300.912.548,78		0,026448		
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)										285.075.046,21		0,025056		

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 24 de maio de 2022, 14:00hs.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1.411, de 20 de maio de 2022, publicada em 23 de maio de 2022.

Raimunda Mendes Costa
Analista Judiciária - Auditoria Interna

Leana Batista Neves
Secretária de Administração e Finanças

Des. Ângela Maria Moraes Salazar
Presidente